

Projetos de decisão, "o Vietnã do Regimento"

Os líderes de todos os partidos passaram a manhã de ontem tentando, sem êxito, um acordo sobre os projetos de decisão previstos no substitutivo do senador Fernando Henrique Cardoso. "O artigo 57, parágrafo 7º, é o Vietnã do regimento! Todo mundo está brigando em cima dele" — comentou, bem-humorado, o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, antes da primeira rodada de negociação.

O líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço, entrou na reunião dos líderes, realizada no gabinete da presidência da Câmara, sem nenhuma ilusão sobre um possível acordo: "A fórmula de acordo é o confronto" — disse ele. Repetiu a mesma frase na saída e acrescentou: "O assunto está encerrado".

Minutos antes, os líderes dos partidos de oposição haviam-se retirado da mesma reunião, informando que Ulysses Guimarães pediu tempo para tentar apaziguar os ânimos. Primeiro, o PMDB e o PFL, para depois conversar com as demais lideranças. "Já viram que nem eles se entendem" — comentou irônico o líder do PT, deputado Luiz Ignácio da Silva,

O líder do PDT no Senado, Maurício Corrêa (DF), saiu desanimado: "O jeito é votar".

No final da reunião, o líder da maioria na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (BA), anunciou uma fórmula mágica para o entendimento: juntar a proposta do deputado Maurício Ferreira Lima — que trata de soberania de Constituinte e havia sido retirada na véspera — com a do substitutivo de Fernando Henrique Cardoso, introduzindo alguns "penduricalhos" que, segundo ele, resolveriam o impasse.

Pela emenda de redação, os projetos de decisão previstos no regimento interno da Constituinte destinam-se a regular matéria "superveniente, determinada, de natureza grave e que ameaça o funcionamento da Assembléia". Uma cópia da nova redação foi entregue ao deputado Antônio Britto (PMDB-RS) um dos líderes dos "xilitas" do PMDB, que prometeu submetê-la aos demais integrantes do grupo.

Medindo Forças

"Hoje não haverá confronto de partidos, e sim das forças políticas decididas a defender a democracia e

as instituições democráticas, dum lado, e do outro os 'xilitas', 'luas-pretas', o PT e os partidos comunistas" — a frase foi dita pelo líder do PFL, deputado José Lourenço. A seu lado, o líder do PDS, Amaral Neto.

Segundo Lourenço, "não haverá acordo com o PMDB, liderado pelo deputado Luiz Henrique, e sim, com a maioria do partido, que é liderada pelo deputado Carlos Sant'Anna. Confiante, o líder do PFL perguntava ao deputado Antonio Ferrelra (PFL-AL), que se mostrava inseguro: "Você já me viu perder alguma vez?"

Amaral Neto garantiu: "Não voto o substitutivo, a não ser que José Lourenço dê garantias formais".

"Aceito o substitutivo, com destaques. Eles têm de colocar 280 votos em plenário" — respondia José Lourenço.

Amaral Neto informava ter pedido "destaque de tudo". "Vou pedir verificação de tudo. Serão 180 votações que durarão 23 dias. Qual outra força que você tem fora disso?" José Lourenço concordou: "Já disse a eles que vamos pro pau. Acho, porém, que na última hora, farão acordo, porque hoje pode ser o dia do estouro do PMDB".

Bloco vai cuidar de aposentados

BRASÍLIA
 AGÊNCIA ESTADO

O valor da aposentadoria é irredutível, ou seja, deverá acompanhar sempre o valor real do salário recebido pelo trabalhador na atividade. Este é um dos princípios básicos que cerca de 300 parlamentares — mais de 55% — deverão defender na Constituinte num bloco que o deputado Jorge Uequed (PMDB-RS) está mobilizando para integrar a comissão em defesa dos aposentados e pensionistas. Com isto Uequed quer preservar o valor real das aposentadorias e evitar que os inativos continuem perdendo 50% dos valores do benefício ao aposentar-se; quem se aposentou em 1979 com 5 salários mínimos, por exemplo, está recebendo hoje apenas 2,5 salários-mínimos; com 2 salários mínimos recebe 0,8% do salário-mínimo, situação em que, segundo o deputado, encontram-se milhares de inativos.

Especializado em previdência social, Jorge Uequed criou na Câmara uma comissão em defesa dos aposentados, cuja executiva é por ele presidida, tendo como vice-presidente o deputado Fernando Cunha (GO) e secretários Cristina Tavares (PE) e Maurício Fruet (PR). A intenção de Uequed é ampliar ao máximo o número de constituintes que defendem os interesses dos aposentados. A primeira reunião da executiva com os parlamentares está marcada para o dia 11 de março, quando serão apresentadas as primeiras propostas da comissão, de caráter preparatório para um grande encontro das federações e associações de aposentados de todo o País com os contituíntes interessados em defender seus direitos.

Na pauta da reunião serão apresentadas as seguintes propostas para constar da nova Constituição como princípios básicos dos inativos:

A aposentadoria é irredutível — deverá ser calculada sempre em salário-mínimo não podendo ter seu valor reduzido na inatividade como acontece atualmente; os cálculos para efeito de aposentadoria deverão ser revistos como também seus critérios; as aposentadorias deverão ser calculadas em salário-mínimo sobre o primeiro dia de recebimento com devolução aos inativos do valor real e original; as empresas deverão recolher um percentual sobre o faturamento bruto para a Previdência Social; participação efetiva dos aposentados na gestão da Previdência Social.



Com chapéu e bom humor

BRASÍLIA
 AGÊNCIA ESTADO

O ministro da Justiça, Paulo Brossard, fez ontem uma bem humorada visita de cortesia aos líderes do PMDB, Luiz Henrique; do governo, Carlos Sant'Anna; e do PFL, José Lourenço. O ministro demorou apenas alguns minutos com cada um dos líderes e ainda cumprimentou o senador Fernando Henrique Cardoso, relator do projeto de regimento da Constituinte. Brossard contou histórias sobre a Câmara dos Comuns e observou que lá também o plenário anda vazio e que não adianta aumentar as instalações, "porque seria ampliar o espaço vazio".

Com o tradicional chapéu nas mãos, Brossard conversou primeiro com Luiz Henrique e alguns vice-líderes e avisou os jornalistas que o

cercavam que era "uma visita meramente de cortesia". O ministro acrescentou que, de fato, era uma interessante coincidência sua visita ao Congresso no momento em que as lideranças do governo tentavam um acordo em torno do regimento da Constituinte. Após conversar com José Lourenço, que o recebeu "com os braços e as idéias abertas", Brossard saiu pela porta dos fundos, evitando a imprensa.

Indagado sobre suas repetidas visitas ao Congresso, o ministro retrucou que "se não houver proibição por parte da direção da Casa" pretendia voltar uma vez por semana. Sempre sorridente, Brossard conversou com o deputado Carlos Sant'Anna no gabinete de Ulysses Guimarães, pois o líder do governo ainda não tem gabinete.

Covas prefere disputar liderança nas bancadas

BRASÍLIA
 AGÊNCIA ESTADO

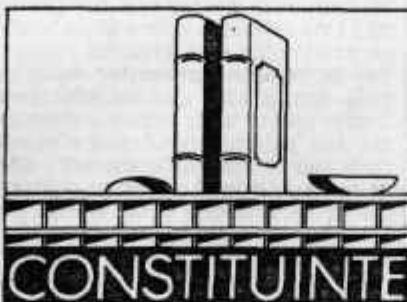
O senador Mário Covas (PMDB-SP) reafirmou ontem sua disposição de disputar a liderança do PMDB na Constituinte, de preferência pelo voto das bancadas na Câmara e no Senado, mas lembrou que o processo da escolha do líder ainda não foi definido, porém tende a ser resolvido pela direção partidária.

Covas admitiu que o deputado Ulysses Guimarães está contra sua pretensão, sob o argumento de que provocará nova disputa no PMDB, mas não está convencido disso. Lembrou que houve disputas para as presidências da Câmara e do Senado, para a liderança na Câmara e, somente agora, quando se lançou candidato, está sendo utilizada a tese da fratura partidária.

Mesmo diante da indefinição do processo de escolha do líder,

Covas está trabalhando sua candidatura na base de contatos pessoais. A idéia de um rodízio na liderança da Assembléia Constituinte entre os líderes Luiz Henrique e Fernando Henrique Cardoso pode ser tentada, de acordo com o senador, que no entanto não acredita que possa ter maior sucesso.

Covas acredita que o problema político paulista, de caráter estritamente regional, está pesando contra sua candidatura, além de outras circunstâncias, como o número maior de constituintes deputados do que de senadores, e os muitos cargos que São Paulo já possui na Assembléia. Ele considerou que são dificuldades inegáveis, mas lembrou que a Constituinte vem procurando isolar esses fatos, pois até as chamadas nos momentos de votação são feitas por ordem alfabética e não pelas bancadas estaduais, como é de praxe nos trabalhos da Câmara, do Senado e do Congresso Nacional.



Exército não quer votos de recrutas

Após defender durante anos o ponto de vista de que o direito de voto não deveria ser dado aos recrutas, porque as "inquietudes político-partidárias" seriam levadas para os quartéis, o Exército mudou a justificativa, mas manteve sua posição. O motivo agora é a "tutela política", a qual, conforme a argumentação do artigo publicado ontem no *Noticiário do Exército* — órgão porta-voz do gabinete do ministro Leônidas Pires Gonçalves —, seria resultado de uma "ascendência afetiva" de sargentos e tenentes sobre os recrutas. Tomando como base casos habituais referentes a essa pretensa paternidade, o noticiário chama os soldados de "bichinhos inocentes" e afirma: "Esta ascendência, que é acima de tudo afetiva — e portanto poderosa —, torna desaconselhável estender o direito de voto ao recruta. Poderia haver, ainda que involuntariamente, uma tutela política".